



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 023ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Marcos Isfer.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 436/2004, por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(a) NATÁLIO STICA

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos ofícios de registro de títulos e documentos e de pessoas jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ ÀS EMENDAS 01 E 02 E CONTRÁRIO À EMENDA 03.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 676/2004.**

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Judiciário já passou nesta douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável exarado pelo ilustre Relator Deputado Antonio Anibelli.

Remetido à Comissão de Finanças, esta relatoria, exarou parecer favorável sendo aprovado por unanimidade. Indo em plenário na data de ontem, recebeu três emendas de Plenário que passaremos a analisar:

EMENDA Nº 01

“Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, ao valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Offícios de registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá como termo inicial a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelos tabeliões de notas do recolhimento das mesmas até a data da edição desta lei.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º (...)

VII - (...)

a) (...)

b) - não estão sujeitos ao pagamento:

19 - os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 02

“Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, ao valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Offícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A primeira atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciários, com relação ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, terá como termo inicial a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelos tabeliões de notas do recolhimento das mesmas até a data da edição desta lei.

EMENDA Nº 03

“Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consum-

idor Amplo - IPC-A, ao valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Offícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, por ato praticado nos Offícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, sendo que o VRC (Valor de Referência de Custas) será atualizado anual e automaticamente pelo mesmo índice, em todos os offícios do judicial e extrajudicial, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2004.

§ 1º - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciários, com relação de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, terá como termo inicial a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelos tabeliões de notas do recolhimento das mesmas até a data da edição desta lei.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º (...)

VII - (...)

a) (...)

b) - não estão sujeitos ao pagamento:

19 - os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é favorável à Emenda nº 01 e pela rejeição da Emenda nº 03, pelos seguintes fundamentos:

Visa o Poder Judiciário, por intermédio deste projeto de lei, que esta Casa de Leis, autorize o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente os valores devidos aos FUNREJUS.

Ocorre, Srs. Deputados, que os autores da Emenda nº 03, não se contentaram em fazer pequenas alterações no projeto de lei, quiseram eles aumentar o valor das custas devidas aos offícios dos foros judiciais e extrajudiciais e pasmem, sem qualquer ingerência do Chefe daquele Poder, pois conforme consta no texto, a atualização será automática e anual.

Querem os autores da Emenda nº 03, via oblíqua, já que não possuem eles competência legiferante sobre a matéria, aumentarem as chamadas custas processuais, ou seja, as custas aos donos dos offícios do foro judicial, estas sim, o maior empecilho para o acesso do cidadão junto ao Poder Judiciário.

A proposta encontra-se inconstitucional.

Diz o artigo 125 da Constituição Federal:

“Os estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º - A competência dos Tribunais será definida na Constituição dos Estados, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.”

Diz o artigo 101 da Constituição Estadual:

“Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - Propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) - a alteração da organização e da divisão judiciária.”

Assim, nosso voto é contrário à Emenda nº 03, ao presente projeto de lei, haja vista implicar em aumento de custas processuais (está embutido no artigo 1º), o que é proibido por lei, ocorrendo vício de origem, ou seja, a competência para propor tal medida é do Poder Judiciário, através do Tribunal de Justiça.

Quanto à Emenda nº 01, nenhum impeditivo legal encontramos que possa sustar o seu normal processamento. Quanto à Emenda de nº 02, já se encontra contemplada na Emenda nº 01.

Assim, diante dos óbices apontados, o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade da Emenda de Plenário nº 03 sendo nosso parecer favorável às Emendas de nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 677/2003.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Nelson Tureck, Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Barbosa Neto.

Vamos analisar e votar, nessa Sessão as Emendas 1 e 2; não existe a Emenda 3ª. Foi retirada e o Substitutivo Geral da CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral, ressalvadas as Emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda nº 01. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02. **Aprovada.**

A SRA. ELZA CORREIA

Já votei contrário, anteriormente.

Queria só que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para consultar essa Presidência: estamos votando o nº 676, e na sequência o 677?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O 676 já foi votado.

O SR. TADEU VENERI

O 677 é uma subemenda, será votado separado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro vota o Substitutivo Geral da CCJ e depois as Emendas.

O SR. TADEU VENERI

E a subemenda que nós fizemos na CCJ também? É aquela subemenda que nós havíamos conversado anteriormente, que pressupõe que todos os anos o Tribunal deva remeter a esta Casa todas as vezes que o Tribunal precisar fazer o reajustamento, que remeta uma mensagem a esta Casa e que não fique indefinidamente com autorização.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou recebendo a informação aqui, que está contemplada, que a subemenda está contemplada no substitutivo. Foi acolhida no substitutivo Geral.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a autorizar, anualmente, o valor da taxa judiciária conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 01 CONTRÁRIO À EMENDA 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 677/2003 COM SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Judiciário, autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a atualizar anualmente, por Decreto Judiciário, pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o valor da taxa judiciária.

Alega o autor que a taxa judiciária encontra-se sem atualização desde o ano de 1999 e que se pretende recompor seu valor.

Na proposta original, pretendia-se que fosse atualizado tomando como base o referido IPCA referente aos últimos anos, desde 1999.

O relator apresentou substitutivo geral assegurando que a primeira atualização se dará apenas com base nos últimos 12 meses anteriores à publicação da lei, reduzindo significativamente o impacto sobre os valores a serem cobrados.

O mencionado substitutivo corrige importante distorção, mas não supre todas.

Se aprovado o projeto, na forma como foi encaminhado pelo Poder Judiciário, estará sendo quebrada a constitucional independência e harmonia entre os Poderes Legislativo e Judiciário.

Ao autorizar o Chefe do Judiciário a atualizar anualmente a taxa judiciária, estará a Assembléia Legislativa delegando sua função legiferante àquele que tem a função judicante.

Da mesma forma o Executivo anualmente encaminha ao Poder Legislativo projeto de lei fixando os valores do IPVA, entre outros, poderá o Poder Judiciário encaminhar proposição para atualizar taxas judiciárias.

Ao ser submetido anualmente à Assembléia Legislativa, assegura-se controle mínimo dos cidadãos e do Poder Legislativo sobre custas que hoje já são elevadíssimas e que afastam os cidadãos do Poder Judiciário e regularização de documentos.

Para que se preserve a autonomia da Assembléia Legislativa em relação ao Poder Judiciário, o voto é pela tramitação da proposição, mas autorizando a atualização apenas para o ano de 2005. Para os demais anos deverão ser encaminhadas novas proposições.

O voto é pela tramitação da proposição na forma do substitutivo geral, acrescido de subemenda que se apresenta em anexo.

Reservamo-nos a discutir o mérito em plenário sobre a real necessidade da atualização do FUNREJUS.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Subemenda Modificativa ao artigo 1º, *caput* e parágrafo 1º, do Substitutivo Geral ao projeto de Lei nº 677/2003.

MODIFIQUE-SE o artigo 1º para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, em 1º de janeiro de 2005, por Decreto Judiciário, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, o valor da taxa judiciária.

§ 1º - A atualização da taxa judiciária, realizada em 1º de janeiro de 2005, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, será calculada aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acu-

mulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação da lei.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 677/2003

Art. 1º - Ressalvadas as isenções legais e as disposições do artigo 1º, § 2º, inciso VIII e § 4º, da Lei nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária), a Taxa Judiciária será cobrada na seguinte proporção:

I - R\$ 1,00 (um real) nas causas cujo valor não exceda o estipulado no artigo 275, inciso I, do Código de Processo Civil;

II - 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor atribuído à causa, naquelas acima da quantia referida no inciso anterior até a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III - 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor atribuído à causa, naquelas acima da quantia referida no inciso anterior até a importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor atribuído à causa, naquela acima da quantia referida no inciso anterior.

Art. 2º - A Taxa Judiciária não excederá a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º - Quando o valor da causa tiver fundamento no artigo 258 do Código de Processo Civil, a taxa judiciária equivalerá ao valor mínimo fixado nesta lei.

Art. 4º - Havendo modificação do valor atribuído à causa, a Escriwania procederá a devolução da diferença ou solicitará seu complemento à parte.

Art. 5º - As alíquotas estabelecidas no artigo 1º desta Lei serão atualizadas anualmente com base no Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPC-A).

Art. 6º - Permanece em vigor o artigo 43 da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, mantendo-se revogados o artigo 13 desta mesma lei, bem como as Lei nº 8.926, de 28 de dezembro de 1988 e Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

JUSTIFICATIVA:

O novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná (Lei nº 12.821/99) consagrou o princípio da “modicidade das custas e emolumentos” em seu artigo 1º, parágrafo 2º, inciso VIII, não

podendo sua eficácia ser afastada “sob pena de nulidade absoluta, decretável de ofício”, tratando-se de “condições de aplicação e hermenêutica”, conforme preceitua o parágrafo deste mesmo artigo.

O “Custo Justiça”¹ no Estado do Paraná é um dos mais elevados do País, contrariando frontalmente o princípio-garantia do amplo e irrestrito acesso à prestação jurisdicional, esculpido implicitamente no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1998.

Cumpre frisar, que “o direito de acessar a Justiça constitui um direito fundamental no Estado Democrático de Direito, tão elementar e necessário quanto o direito à saúde, à educação ou à moradia. Ademais, as demandas sociais contemporâneas clamam por um aumento da oferta da prestação jurisdicional pelo Estado, uma vez que a via judicial representa a derradeira possibilidade aos cidadãos para efetivação de seus direitos subjetivos, seja no direito de se receber medicamentos gratuitamente dos órgãos públicos, na revisão dos proventos de aposentadoria, na discussão judicial de contratos de consumo considerados leoninos ou pela prática de atos ilegais ou abusivos por parte do Poder Público contra os cidadãos”.

Assim, a manutenção do “arcaico sistema privado de serventias judiciais que deveria ter sido progressivamente extinto logo após a promulgação da Constituição Federal de 1998”, o efeito cogente do artigo 1º, parágrafo 2º, inciso VIII, da Lei nº 12.821/99 e a necessidade de instituir do princípio da progressividade nas alíquotas da Taxa Judiciária são imperativos para o restabelecimento da Justiça tributária para os contribuintes e para a consagração do ideal de universalização do acesso à Justiça no Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 677/2003

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima emendado, de autoria do Poder Judiciário já passou nesta douta Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável exarado pelo ilustre relator Deputado Antonio Anibelli.

Remetido à Comissão de Finanças, esta relatoria, exarou parecer favorável sendo aprovado por unanimi-

dade. Indo em plenário na data de ontem, recebeu duas emendas de Plenário que passaremos a analisar.

EMENDA Nº 1

“Art. 1º Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor da Taxa Judiciária.

Parágrafo Único - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

EMENDA Nº 2

“Art. 1º - Ressalvadas as isenções legais e as disposições do artigo 1º, parágrafo 2º, inciso VIII e parágrafo 4º, da Lei nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária), a Taxa Judiciária será cobrada na seguinte proporção:

I - R\$ 1,00 (um real) nas causas cujo valor não exceda o estipulado no artigo 275, inciso I, do Código de Processo Civil;

II - R\$ 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor atribuído a causa, naquelas acima da quantia referida no inciso anterior até a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III - 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor atribuído à causa naquelas acima da quantia referida no inciso anterior até a importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor atribuído à causa, naquelas acima da quantia referida no inciso anter

Art. 2º - A taxa judiciária não excederá a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º - Quando o valor da causa tiver fundamento no artigo 258 do Código de Processo Civil, a taxa judiciária equivalerá ao valor mínimo fixado nesta lei.

Art. 4º - Havendo modificação do valor atribuído à causa, a Escrivania procederá a devolução da diferença ou solicitará seu complemento à parte.

Art. 5º - As alíquotas estabelecidas no artigo 1º desta Lei serão atualizadas anualmente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A).

Art. 6º - Permanece em vigor o artigo 43 da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, mantendo-se revogados o artigo 13 desta mesma lei, bem como as Leis nºs 8.926, de 28 de dezembro de 1988 e Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999.

1. “Os advogados paranaenses vêm constatando que boa parte das classes pobre e média paranaenses deixaram de buscar a prestação jurisdicional em razão das escorchantes custas cobradas pelas serventias de foro judicial, pois para qualquer causa entre R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e R\$ 118.400,00 (cento e dezoito mil e quatrocentos reais) são cobrados mais de 10% (dez por cento) do valor da causa em custas cartoriais, isso sem contar as despesas com as diligências dos Oficiais de Justiça (em média R\$ 40,00 por intimação ou citação na Capital, subindo para mais de R\$ 200,00 para execução de um arresto ou de uma busca e apreensão na região metropolitana). Devem ainda entrar no cômputo do “Custo-Justiça” paranaense outros documentos fornecidos ou processados pelas escriturarias, como buscas (R\$ 7,00) certidões (R\$ 7,00+R\$ 2,10 por folha), cartas de sentença (R\$ 31,50), mandados de averbação de separação (R\$ 252,00), formal de partilha (R\$ 105,00) e até serviços de fotocópia (R\$ 0,15 a folha), isto sem contar absurdos pitorescos como a taxa de intervenção do Ministério Público (R\$ 3,00).” Machado, João Marcelo Borelli, in “Custo-Justiça - A estatização das serventias de foro judicial e o princípio da modicidade das custas e emolumentos no Paraná”, www.pagina13pr.org.br, 2004

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é favorável à Emenda nº 01 e pela rejeição da emenda nº 02, pelos seguintes fundamentos:

Visa o Pode Judiciário por intermédio deste projeto de lei, que esta Casa de Leis, autorize o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente o valor da Taxa Judiciária.

Ocorre, Srs. Membros desta Comissão de Constituição e Justiça, que os autores da Emenda de número 02 (SUBSTITUTIVO), não se contentaram em fazer pequenas alterações no projeto de lei, quiseram eles, via oblíqua, já que não possuem eles competência legiferante sobre a matéria, alterar totalmente a norma que dispõe sobre a taxa judiciária.

A proposta encontra-se inconstitucional.

Como é da sabença de todos, taxa é um tributo conforme estatuído no artigo 77 do CTN- Código Tributário Nacional.

Embora se trate de matéria da Ciência das Finanças, não podemos deixar de fazer referência à função dos tributos. O adjetivo do tributo sempre foi o de carrear recursos financeiros para o Estado. No estágio atual das finanças públicas, dificilmente um tributo é utilizado apenas como instrumento de arrecadação. Pode ser a arrecadação o seu principal objetivo, mas não o único. Por outro lado, também o tributo é utilizado como fonte de recurso destinado aos custeios de atividades que, em princípio, não são próprias do Estado.

Ao analisarmos a proposta de emenda (substitutivo), parece-nos claro e cristalino, que medida importa em diminuição de alíquotas e valor mínimo da taxa judiciária, o que por si só, importaria em renúncia de receita.

Ora, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dispõe de uma seção somente dedicada à renúncia de receita.

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliando a base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de

tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso I.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu parágrafo 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Ora, o entendimento de renomados juristas de que a renúncia fiscal fere a situação normal em que já foi estampado tanto a Lei de Diretrizes orçamentárias - LDO, quanto na Lei Orçamentária Anual - LOA a expectativa de arrecadação e recolhimento da receita e, por consequência, resulta de maneira indireta numa frustração de atendimento de alguma necessidade social, também é comungado por esta relatoria.

Quando à Emenda nº 01, nenhum impeditivo legal encontramos que possa sustar o seu normal processamento.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade da Emenda de Plenário nº 02 (Substitutivo) sendo nosso parecer favorável à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 677/2003.

É nosso parecer.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Barbosa Neto, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Reni Pereira, Nelson Tureck, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Durval Amaral, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Delegado Bradock.

Em votação o substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ à Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2.

Em votação a Emenda nº 1. **Aprovada.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Gostaria de saber o que estamos votando. Qual é a Emenda nº 1 e qual é a Emenda nº 2?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi votada a Emenda nº 1, da página 17.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Do Projeto 677?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Isso.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Para discutir?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É para encaminhar.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, a Bancada do PT e outros Deputados, não tivemos êxito na Comissão. Quero encaminhar o voto para mantermos essa Emenda Substitutiva, porque a nossa Emenda prevê a progressividade da taxa.

A forma como é cobrada hoje, vou dar um exemplo da taxa judiciária atual, o valor de uma causa de 50 mil reais, o percentual da alíquota é 0,2%, se cobra 100 reais. Já quando se trata de um valor de causa de 400 mil reais se cobra uma taxa de 80 reais.

Então é uma decisão estranha.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor está fazendo uma confusão entre taxas e custas. Taxa é uma coisa; custas, outra.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Estou falando exatamente da taxa. Quem paga a taxa judiciária no valor de uma causa de cinquenta milhões, para cem reais na atual e a taxa que é cobrada em um valor de quatrocentos reais, é oitenta reais. Estamos tentando corrigir e fazer o acesso universal à cobrança da taxa, fazendo com que haja o princípio da progressividade na cobrança das taxas. É essa a intenção da emenda.

Queremos fazer justiça nessa questão da cobrança da taxa judiciária, fazendo com que o acesso seja universalizado e seja proporcional à cobrança da taxa pelo valor das causas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Solicito ao Deputado Elton Carlos Welter que fique aqui ao meu lado, para que possamos ler juntos.

Aqui está: Lei nº 12.821, de 27/12/1999. É a lei que estamos alterando, é a lei à qual estamos dando condições de correção pelo IPCA.

Está aqui.

(Lê):

“Art. 1º - Ressalvadas as isenções legais, a Taxa Judiciária a que se refere o Decreto Estadual nº 962, de 23 de abril de 1932, será cobrada na seguinte proporção:

a) R\$10,00 (dez reais) nas causas de valor até R\$5.000,00 (cinco mil reais);

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor atribuído à ação, nas causas de R\$5.001,00 (cinco mil e

um reais) até o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

c) nas causas de valor superior a R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais) até R\$100.000,00 (cem mil reais), inicialmente, incide o cálculo da alínea “b” e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento);

d) nas causas de valor superior a R\$100.001,00 (cem mil e um reais) até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), inicialmente, incide os cálculos das alíneas “b” e “c” e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento);

e) nas causas que excederam o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), inicialmente, incide os cálculos das alíneas “b”, “c” e “d” e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento)”.

Então, já é um imposto programado justamente para que as pessoas possam ingressar na Justiça, porque se o custo for progressivo, da forma como o senhor está querendo fazer, chega uma hora em que a pessoa não tem acesso à Justiça, se a causa dela for um pouco maior.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

De forma alguma!

Nós estabelecemos a nossa intenção em estabelecer a progressividade.

De acordo com a nossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Infelizmente houve um equívoco, nobre Deputado. Essa Emenda de V. Exa. não poderia nem ter sido acatada.

O SR. MARCOS ISFER

Não foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não poderia ser acatada. Ela teria que ser encaminhada ao Presidente do Tribunal de Justiça que tem o poder, conforme a Constituição Estadual, porque é competência do Tribunal encaminhar essa matéria.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, só para terminar o encaminhamento.

Essa Emenda não foi acatada. A votação foi contrária, mas dentro da CCJ houve um acordo de que o Deputado viria aqui e tentaria fazer com que, mesmo com o voto contrário da CCJ, obtivesse a aprovação em Plenário. Foi esse o acordo com nós fizemos lá.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

Aqui neste Plenário passam projetos que são muitas vezes - não preciso dizer isso - ilegais, inconstitucionais e nós temos votado.

Onde vamos mudar a cobrança da taxa judiciária, se não é nesse Parlamento? Não houve o tempo hábil para fazer essa discussão. O acesso à Justiça é como ter o acesso à saúde, à segurança. Aqui estamos estabelecendo, do jeito que estamos propondo, que todo mundo vai pagar o mínimo e fixamos pelo valor da causa também um valor pequeno e vai sendo progressivamente a taxa aumentada de acordo com a capacidade de pagamento e o valor da causa.

Então, a nossa intenção é para universalizar o acesso à Justiça, não para penalizar os pequenos. É para cobrar uma taxa maior para aquelas maiores causas. Essa é a intenção da nossa proposição.

Por isso, defendemos aqui que essa emenda fosse aprovada, a idéia é que realmente haja o princípio da progressividade como é feito no IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faço uma consulta com V. Exa.: concorda nós encaminharmos como sugestão para o Tribunal de Justiça a sua emenda? Acato a sua decisão, mas tem que encaminhar ao Tribunal de Justiça para discutir a progressividade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estabelecemos ontem, o Deputado Tadeu Veneri estava junto, inclusive. Chamo como testemunha o Deputado Tadeu. O Tribunal fará uma Comissão entre membros do Tribunal e da Assembléia no início do ano, para discutir as custas judiciais e extrajudiciais.

Discutimos inclusive essa posição que V. Exa. coloca, que hoje, cinquenta mil reais atinge o máximo das custas. Então, pretendemos até esse valor, reduzir as custas e aumentar progressivamente quando for maior o valor, mas com uma Comissão Mista, da Casa e do Tribunal.

Solicito ao Deputado Tadeu, que estava junto.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Gostaria de até reiterar que isso foi em função de uma emenda que foi colocada hoje, que foi recomposto o projeto, porque em princípio esse projeto previa que desde 1999 fosse corrigida pelo IPCA.

O que o Dr. Otto e o Dr. Noronha estiveram ontem, aqui solicitando, é que fosse recolocado isso. Significa 51% de reajuste, tanto FUNREJUS como no Fundo Penitenciário.

Quando argumentamos, o mesmo argumento que está sendo usado pelo Deputado Elton Welter, que era preciso que se revise tudo isso, ele propôs que fosse feito a partir do ano que vem uma Comissão entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça com uma nova tabela.

Até onde eu entendi foi isso, e por isso também foi acatada a Subemenda feita para que anualmente fosse corrigido, a partir da autorização da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)
Perfeitamente.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Espero que isso aconteça, porque do jeito que a tabela está hoje, o valor de causas maiores se paga uma taxa menor.

Queremos regularizar isso: causas pequenas, pagar ainda menos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se concordar, V. Exa. retira a sua emenda e nós encaminharemos como sugestão e, assumo o compromisso de incluir V. Exa. já na Comissão que será indicado pela Assembléia. Concorda?

(Assentimento do Deputado Elton Carlos Welter)

Então, está retirada a emenda do Deputado Elton Welter.

Deputada Elza Correia com a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA

Na CCJ essa emenda foi rejeitada e, tenho que concordar que na verdade não temos a competência para estabelecermos essa tabela para o Tribunal de Justiça. Não nos cabe.

A tentativa foi na verdade, de evitar que as taxas - já são altíssimas - inviabilizassem ainda mais, não só as pessoas que já têm dificuldades ao acesso à Justiça, que é a população mais pobre, mas muito especialmente a classe média, como explicamos hoje, lá na Comissão de Justiça.

Que a tabela Judiciária atual é incoerente, como disse o Deputado, um valor de causa de cinquenta mil a taxa é 100 reais, e um valor de causa de quinhentos mil, a taxa também é de 100 reais. Vai aí uma diferença de quatrocentos e cinquenta mil reais.

Isso é preocupante. De qualquer maneira entendo que a proposta seria apresentada pelos companheiros do PT propõe uma progressividade que amenizaria a situação até porque não compete ao Poder Judiciário, não sou da área, transformar em receita, taxas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

50% dessa arrecadação vai para o Fundo Penitenciário do Estado, para manter alimentação dos presos. Foi uma solicitação inclusive do Secretário da Justiça ao Tribunal de Justiça para que alterasse essas taxas para que pudessem realmente aumentar o Fundo Penitenciário.

A SRA. ELZA CORREIA

Mas não é só para o Fundo Penitenciário, 50% para o FUNPEN e também 2% para o Fundo de Pesquisa Científica Tecnológica. Tudo bem! Nós estamos discutindo aqui uma outra coisa, que na minha avaliação tenho direito de fazê-lo, acho as taxas altas demais que penalizam a população especialmente as pessoas mais

pobres e a classe média. Agora se passar o projeto aqui, na verdade “Inês é morta” não estou entendendo que depois que se aprova esse projeto aqui, se autorize o acréscimo dessas taxas anualmente e depois de poder adquirido, voltamos atrás. Imagine que o Tribunal de Justiça vai querer abrir uma discussão para baixar as taxas conforme estamos propondo aqui. Não nasci ontem, posso cometer vários equívocos.

Gostaria de deixar consignado na Casa que não concordo com esse projeto. Acho que ele é prejudicial às pessoas de um modo geral, que precisam de assistência judiciária, que têm dificuldade de acesso a esse tipo de serviço.

É a mesma coisa das universidades, elas não podem receber taxas de concurso público para fazer parte da sua receita. Já têm os repasses que são feitos para isso.

Gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário a esse projeto.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para solicitar à Mesa, por unanimidade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi votado o projeto, já foi votado o Substitutivo Geral por unanimidade e vou registrar o voto contrário da Deputada Elza. A Emenda do Deputado Nelson também já foi aprovada, com o voto contrário da Deputada Elza.

Com a retirada da Emenda nº 02 automaticamente passamos para o item 03.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

O Substitutivo que nós aprovamos foi o da página 10 ou da página 17.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Da página 17.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 01 E CONTRÁRIO À 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 262/2004

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 262/2004, acrescenta novo artigo à sua redação original, numerando-o como artigo 3º, e renumerando o atual artigo 3º como artigo 4º, conforme segue:

“Art. 1º - ...

...

Art. 3º - É vedada a contratação de despesas para pagamento da veiculação de ações governamentais através de órgãos de divulgação externa.”

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e BARBOSA NETO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se com a maior propriedade na própria mensagem encaminhada pelo Governador a este Parlamento, conforme transcreve-se:

“Por sua vertente, o projeto atende aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a Emissora, devidamente estruturada nos moldes que se propõe, será instrumento de grande valia para divulgação de programas e atos do Governo e os de interesse da população paranaense, com significativa economia para o Estado, através da divulgação direta das ações governamentais, sem necessidade de gastos com órgãos da divulgação externa.”

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 262/2004

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 262/2004, altera a redação dos incisos do seu artigo 1º, conforme segue:

“Art. 1º - ...

I - 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - 04 (quatro) cargos de Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio, símbolo DAS-3.

III - 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo DAS-4; e

IV - 02 (dois) cargos de Gerente, símbolo 1-C.

Art. 2º - ...

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e BARBOSA NETO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 262/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

O projeto recebeu duas emendas de Plenário.

A primeira reduz o número de cargos propostos pelo Poder Executivo a segunda veda a contratação de despesas para pagamento da veiculação de ações governamentais através de divulgação externa.

Fundamentação

A primeira emenda reduz o número de cargos solicitados pelo Executivo e esta é uma prerrogativa da Assembléia Legislativa, portanto acolho-a.

A segunda emenda veda a contratação de despesas para pagamento da veiculação de ações governamentais através de órgãos de divulgação externa.

A emenda é totalmente inoportuna e inconstitucional, tendo em vista que restringe o alcance da população às informações de política governamental do Estado. Por exemplo, uma campanha educativa contra a dengue não poderia ser divulgada nos grandes canais de televisão, rádio e jornais.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, dispõe que o Estado deve atender ao princípio da publicidade:

“Art. 37 - A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e eficiência, também, ao seguinte:

Assim, a propaganda veiculada pelo Executivo deve ter como objetivo e finalidade orientar à população a respeito dos atos praticados pelo Estado, sendo de interesse público que a população tenha facilidade de acesso à informação divulgada pelo poder estatal.

O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos visa justamente propiciar à população o direito de conhecer aquilo que o Estado faz e desta forma exercer o controle da atividade estatal.

É o que orienta o escólio de Hely Lopes Meirelles a respeito do tema, *in verbis*.

“A publicidade, com princípio de administração pública (CF, artigo 37, *caput*), abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos, como também de propiciação da conduta interna de seus agentes.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à Emenda nº 01 e contrário a Emenda nº 02 de Plenário.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

NELSON TURECK, BARBOSA NETO,
ELTON CARLOS WELTER, MARCOS ISFER,
ANTONIO ANIBELLI, CHICO NOROESTE,

AILTON ARAÚJO, RENI PEREIRA, NELSON JUSTUS, DELEGADO BRADOCK e DURVAL AMARAL.

Em votação o Projeto ressalvadas as Emendas.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a mensagem do Governo pretende a criação de quatro cargos de Diretor - Símbolo DAS-2 da TV Educativa; 7 cargos de Coordenador de projetos de produção na TV Educativa - Símbolo DAS-3; 8 cargos de Assessor - Símbolo DAS-4 e 03 cargos de Gerente - Símbolo 1-C.

O Governador Roberto Requião, na mensagem, é muito claro nas suas conclusões, dizendo o seguinte: “Por outra vertente, o projeto atende aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a emissora, devidamente estruturada nos moldes a que se propõe, será instrumento de grande valia para divulgação de programas e atos do governo, e os interesses da população paranaense, com significativa economia para o Estado, através da divulgação direta das ações governamentais, sem necessidade de gastos com órgãos de divulgação externa”.

Não estou aqui, em hipótese alguma, defendendo o Governo e nem falando em nome do Governador, mas apenas dizendo que ele assinou, na sua exposição de motivos, que através da estruturação da TV Educativa, como ele propõe, através da divulgação direta das ações governamentais, não terá necessidade de gastos com órgãos de divulgação externa. Não é o Deputado Durval Amaral quem está dizendo isto. Foi o Governador Roberto Requião.

Pois bem. O que fez a Oposição, talvez num momento claudicante, mas inspirada no Governador Roberto Requião? Apresentou uma emenda que tenho certeza, em hipótese alguma os Deputados da Base do Governo poderão se pôr contra o Governador Roberto Requião, porque ele usou na lei esta justificativa. E nós não somos, confessamos, nem adeptos e nem seguidores do Governador Roberto Requião, como o são os Deputados da Base do Governo, mas iluminados por esta inspiração do Governador, apresentamos a emenda, que tenho certeza que em hipótese alguma os Deputados da Base poderiam votar contra.

A emenda da Oposição, inspirada na exposição de motivos do Governador, diz exatamente a mesma coisa que ele disse, com as mesmas palavras. Para não dizer que são exatamente as mesmas palavras, nós acrescentamos “é vedada” o resto, é igual. “É vedada a contratação de despesas para pagamento de veiculação de ações do governo, através de órgãos de divulgação externa.”

Quer dizer, o que a Oposição fez? Aproveitou a exposição de motivos do Governo, na sua mensagem, dizendo que não haveria mais necessidade de ter despesas, gastos com divulgação externa, e está aprovando a mensagem do Governador, só colocando esta proibição.

Parece-me que estamos agindo aqui com extremo bom senso, equilíbrio, fazendo com que a vontade do Governador seja perpetuada agora, através da lei.

E a outra emenda, vejam só, recebeu parecer contrário da CCJ, pelo ilustre Deputado José Maria Ferreira, com voto contrário meu, do Deputado Barbosa Neto e salvo engano do Deputado Tadeu, porque entendemos que ali se anlisou - dever-se-ia analisar tão somente a constitucionalidade, mas acabou-se entrando no mérito da emenda, mas respeito o parecer do nobre Deputado José Maria.

E a outra emenda, que recebeu parecer do Deputado José Maria pela constitucionalidade, nós fizemos o quê? Propusemos a redução desses cargos, até porque entendemos que não são necessários tantos cargos em comissão para gerenciar a TV Educativa. Para que criar tantos cargos? A maioria das Secretarias de Estado não têm uma estrutura, não tem tantos cargos em comissão como está sendo proposta na mensagem do Governo! Obviamente é um exagero criar quatro cargos símbolos DAS-2, sete cargos símbolos DAS-3, oito cargos símbolos DAS-4. Ouso dizer que não há Secretaria de Estado no Governo que tenha uma estrutura deste tamanho. E não é necessário também na TV Educativa toda essa criação de cargos.

Como nós não queremos que o Governo do Paraná bata todos os recordes de criação de cargos de comissão, que aliás foi discurso da Oposição passada durante oito anos, a redução, com a extinção de cargos comissionados, e inclusive a diminuição de Secretarias de Estado, estamos também propondo a diminuição desses cargos comissionados.

Então apelo aos nobres Deputados da Base do Governo, já que a Mensagem vai ser aprovada, até porque entendemos, são ações populares que já impetraram contra o Governo do Estado em função do excesso de pessoas que foram contratadas pela TV Educativa para exercer as funções jornalísticas, funções burocráticas, já se ingressou com a ação popular, já se ingressou com a ação na Justiça, e o Governo resolveu criar esses cargos em comissão que nós entendíamos inclusive que poderia ser através de um concurso público, criando cargos, para estruturar a TV Educativa, mas o Governo optou pela criação desses cargos em comissão. Então, que seja diminuído praticamente em 50% a criação desses cargos e que o espírito do Governador, mais do que o espírito, a vontade expressa dele na Mensagem dele mesmo, assinado por ele, seja mantida, ou seja, a vedação de que qualquer outra despesa seja executada através de outros órgãos de imprensa porque a TV Educativa já está para o Brasil inteiro, para a América Latina, a imagem do Governador vai para todos os cantos deste Brasil e da América Latina, então nós poderíamos economizar um pouco da verdadeira fortuna que será gasto em comunicação social no ano próximo se não aprovarmos essa emenda que veda qualquer tipo de outra contratação.

Era esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Liderança do Governo encaminha contrário às duas emendas: a primeira delas traz a redução de 50% dos cargos, como se num passe de mágica a iluminada cabeça de quem fez a emenda entendeu que 50% é o que convém, e não um estudo feito com muita propriedade, dizendo os cargos que são necessários para o bom andamento da RTVE. Portanto, estamos encaminhando contrário a essa emenda que reduz em 50% os cargos pedidos no projeto.

E a emenda que deve estar constando como de número 2, proíbe o Governo de fazer qualquer contratação de um outro veículo de comunicação, seja numa outra emissora de TV, num rádio, num jornal, numa revista; primeiro é verdade, sim, que a RTVE bem equipada, que a RTVE com o seu quadro de funcionários completo, vai diminuir o gasto que tem o Governo do Estado em comunicação, porém, zerar, não tem como, até porque, vamos imaginar numa situação de calamidade, por exemplo, volta ao Paraná um surto de dengue, o Governo tem que fazer uma ação imediata, certamente ocupará outros veículos de comunicação, TV 21, Rede Globo, tantos outros. Por isso, a Liderança do Governo encaminha o voto NÃO às duas emendas apresentadas pela Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Quando o projeto estava na Comissão de Finanças, nós solicitamos ao Chefe da Casa Civil algumas informações em relação à TV Educativa do Governo do Estado.

Recebemos por parte dele, através do ofício que foi enviado à Comissão de Finanças, informamos - e é bom que se registre aqui na Casa - que existem quarenta cargos efetivos lá na TV Educativa do Governo do Estado. Dos quarenta cargos que existem, trinta e seis, Deputado Nelson Justus, estão efetivos, acho que quatro devem estar fora. Mas, o que mais nos chamou a atenção ainda, que além dos quarenta cargos efetivos existem 167 cargos contratados na TV Educativa, como terceirizados!

Que isso fique registrado nesta Casa. Somando os 167 cargos mais os quarenta, passa de duzentos.

O Governo quer criar, por lei, os cargos em comissão. Solicita a criação de 23 cargos. A Bancada de Oposição fez uma emenda reduzindo esses cargos.

Na verdade fomos informados que essas pessoas que eles querem oficializar através de lei; já estão contratados e estão recebendo através de cachê. Não são funcionários! Totalmente ilegal!

O Governo do Estado procura regularizar através desse projeto de lei esses cargos que ele diz serem necessários.

Que fique registrado nesta Casa que os cargos não existem, mas o Governo do Estado do Paraná paga as pessoas através de cachê, e diga-se de passagem, com

valores considerados altos. E essa afirmação não conseguimos obter junto ao Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Quero cumprimentar aqui o meu líder, Durval Amaral, porque ele faz da justificativa do Governador, objeto da nossa emenda.

Mediante o encaminhamento do Líder do Governo contra as emendas da Oposição, votarei contra o projeto e peço aos meus parceiros que também o façam.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Trinta e quatro Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Oito rejeitam.

Está aprovado o projeto.

Temos aqui três emendas.

(Lê Emenda nº 01, da CCJ).

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Rejeitada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

Queria dizer que essa emenda sustava todo e qualquer pagamento para a imprensa do Estado do Paraná; apenas admitia publicidade pela rede pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

30 Deputados.

Está rejeitada a emenda.

(Lê Emenda nº 02 de Plenário, com parecer contrário da CCJ).

Está reduzindo o número, de acordo com a mensagem original. A votação é inversa agora. Os Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

09 Srs. Deputados.

Os que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

29 Srs. Deputados.

Está rejeitada a Emenda.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que isenta do pagamento do ICMS a aquisição de aeronaves destinadas ao uso exclusivo da agricultura. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 357/2004

P A R E C E R :

I - Histórico

O Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, isenta de pagamento do ICMS a aquisição de aeronaves ao uso exclusivo da agricultura.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, vindo a receber emenda de Plenário que retira a isenção especificada e propõe a redução da alíquota de ICMS em 5% (cinco por cento) para as aeronaves destinadas ao serviço de combate a incêndio e/ou pulverização agrícola.

II - Fundamentação

A emenda não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A Assembléia Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”

III - Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Nelson Justus, Delegado Bradock, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter, Nelson Tureck, Marcos Isfer, Antonio Anibelli e Durval Amaral.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em votação a emenda.

O SR. RENI PEREIRA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de apelar à Bancada do PT, que propôs essa emenda num projeto de autoria de V. Exa. para dizer que, se aprovada a emenda, vai desvirtuar o objetivo do projeto que é justamente criar no

Paraná condições propícias para modernização e desenvolvimento da agricultura, porque existem Estados que devido à guerra fiscal, hoje já isentam o ICMS na aquisição de aviões agrícolas e, essencialmente, são Estados que têm na agricultura a base da sua economia.

Então, para nós não é nenhum critério de atrairmos para o Paraná, não é nenhuma guerra, mas para termos condições de igualdade precisamos aprovar o projeto sem a emenda, porque 5% e 12 vai alterar muito pouco, as pessoas continuarão comprando nesses Estados as aeronaves trabalhando aqui no Estado do Paraná, e o que é pior, os Municípios que poderiam ter ainda receita de ISS dessas empresas também perderão na seqüência. Então, pelo votos contrários à emenda da Bancada do PT, e peço inclusive à Bancada do PT a compreensão e também a votação contrária.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Primeiro, ofereci o parecer aprovado pela CCJ ao projeto em tela. Houve uma emenda de Plenário da Bancada do PT, que ao invés de ficar zero a alíquota, ela entendeu para 5%. E por que eu acolhi quando relatei e a CCJ votou? Porque é competência. Está dentro da questão legal.

Agora, no mérito, o Deputado Reni tem toda razão, porque tiraremos a objetividade do projeto e continuará com o mesmo círculo vicioso da guerra fiscal.

Nós não nos beneficiaremos de nada e o projeto, se o interesse é atrair para um território paranaense atividades nesta área, se tivermos alguma alíquota, ele não virá.

Por isso encaminho também, da mesma forma, voto contrário à emenda ora em apreciação, para que possamos ter os benefícios do objetivo do projeto original.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, o projeto quis isentar do ICMS as aeronaves para a aviação agrícola e combate a incêndio também. É importante. A alegação que está sendo feita é que outros Estados isentam do ICMS.

Nós fizemos a emenda fixando em 5%. Essa guerra fiscal entre Estados é um caos. A reforma tributária quer unificar alíquotas do ICMS no sentido de evitar essa guerra fiscal entre Estados.

Eu, enquanto Líder da Bancada, se o Estado realmente está tendo esse prejuízo que se fazem os negócios em outros Estados, posso recuar na emenda e os companheiros de Bancada ficam à vontade também para votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar V. Exa., nos Estados do Tocantins, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, já existe essa lei. Realmente os Estados produtores, todos, oferecem esse apoio a esse setor. Se nós não dermos, vamos perder, com certeza.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Só para finalizar, e aqui não quero “colocar lenha na fogueira”. É um projeto de origem de V. Exa., o Poder Legislativo em tese abre mão de receita e que também, nem tudo que aparentemente é ilegal, votamos contrário aqui neste Plenário.

Pessoalmente não sou contrário ao projeto e como é para o bem do Estado, recomendo a retirada da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. retira a emenda? (**Assentimento**)

Então **está retirada a emenda e está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ À EMENDA DE PLENÁRIO PROPOSTA NO PROJETO DE LEI Nº 436/2004

O *caput* do artigo 5º da Emenda de Plenário passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - A Coordenação da Receita do Estado terá trinta dias, a contar da data do protocolo referido no parágrafo único do artigo anterior, para obstar a transferência de crédito, mediante expressa notificação ao destinatário do crédito comprovando que o tranferente dos créditos.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 436/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, introduz alteração da Lei 11580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, vindo a receber emenda de Plenário.

Fundamentação

O projeto cria novas formas de compensação de créditos de ICMS resultantes de operações de exportação de mercadorias e serviços para o exterior e de operações internas ao abrigo de diferimento ou de suspensão do pagamento.

A emenda de plenário acrescenta procedimentos que devem ser adotados pelo contribuinte para efetuar a transferência do crédito de ICMS.

A Assembléia Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”

A emenda propõe em seu artigo 5º que a Coordenação da Receita do Estado terá o prazo de quinze dias para obstar a transferência do crédito. Entendemos este prazo é exíguo para os objetivos que a lei se propõe, motivo pelo qual foi modificado para trinta dias, preservando o interesse do Estado.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à regular tramitação da emenda de Plenário com a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Chico Noroeste, Delegado Bradock, Nelson Tureck, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Tadeu Veneri, Barbosa Neto, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Jocelito Canto.

Sobre o referido Projeto requerimento nº 2318, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA

Presidente pela ordem.

O Projeto anterior, foi retirada a emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tinha votado o projeto, ressalvada a emenda. Já tínhamos votado o projeto. Primeiro se vota o projeto, quando não há emenda substitutiva. Se vota o projeto primeiro, depois as emendas.

A SRA. ELZA CORREIA

É, dormi no ponto. Ia votar contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço questão de registrar o voto contrário da senhora.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 436/2004.

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 12.411, de 26 de dezembro de 2004 que criou o Programa Parceiro da Escola. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2004, de 17.05.2004).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências (Defesa do Consumidor). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei complementar estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

§ 1º - São contribuintes, para os efeitos desta lei complementar e das leis ordinárias, as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive nas hipóteses de responsabilidade, substituição, solidariedade e sucessão tributárias.

§ 2º - Estão também sujeitos às disposições desta lei complementar os agentes de retenção de tributos, os representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

Art. 2º - A instituição ou a majoração de tributo atenderá aos princípios da eficiência econômica, da simplicidade administrativa, da flexibilidade, da responsabilidade e da justiça.

§ 1º - Considera-se economicamente eficiente o tributo que não interfere com a correta alocação de recursos produtivos da sociedade.

§ 2º - A administração tributária deve ser de baixo custo, quer para o fisco, quer para o contribuinte.

§ 3º - O tributo deve ser capaz de responder facilmente a mudanças no ambiente econômico.

§ 4º - A incidência do tributo e a aplicação do produto de sua arrecadação devem ser transparentes, para que os contribuintes saibam o quanto pagam e o porquê.

§ 5º - O tributo deve ser e parecer justo, atendendo aos critérios da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição do seu ônus, da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

Art. 3º - Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente lei serão reconhecidos pela administração fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Capítulo II

Das Normas Fundamentais

Art. 4º - A legalidade da instituição do tributo pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

Art. 5º - Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

Art. 6º - As leis instituidoras de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

Art. 7º - Os impostos terão fatos geradores e base de cálculo de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

Art. 8º - O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos independente de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

Art. 9º - As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas ou alteradas, identificando, com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

Parágrafo único - A cada dois anos o Poder Executivo Estadual expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada tributo.

Art. 10 - A administração fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca

das normas tributárias e à interpretação que oficialmente lhes atribua.

Art. 11 - É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

§ 1º - Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária e em hipóteses claramente definidas.

§ 2º - Em nenhuma hipótese, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito pode ser aplicada quando a origem do débito tributário decorrer de inadimplência da administração pública, direta ou indireta, suas fundações ou autarquias.

Art. 12 - A administração fazendária somente poderá desconsiderar os atos praticados pela sociedade mercantil e atribuir responsabilidade a sócio gerente quando for comprovado que as obrigações tributárias sejam resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou violação dos atos constitutivos.

Art. 13 - Presumem-se legítimos, até que a administração fazendária comprove o contrário, os documentos e atos praticados pelo contribuinte dos quais decorram o nascimento de obrigações tributárias.

Parágrafo Único - Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte.

Art. 14 - Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

Parágrafo Único - Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo administrativo-tributário.

Capítulo III

Dos Direitos do Contribuinte

Art. 15 - São direitos do contribuinte:

I - ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações pessoalmente ou por representante legal

movido de instrumento procuratório, de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;

III - formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, observando, quando for o caso, os prazos definidos na legislação, e tê-los considerados por escrito;

IV - ter ciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários, deles ter vista e obter as cópias que requeira, e conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

V - fazer-se assistir por advogado;

VI - identificar o servidor de repartição fazendária e conhecer-lhe a função e atribuição do cargo;

VII - receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;

VIII - prestar informações apenas por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

IX - ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

X - obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornado inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

XI - receber, no prazo definido na legislação, resposta fundamentada a pleito formulado à administração fazendária, inclusive pedido de certidão negativa e nos casos em que a legislação exija prévia certificação dos lançamentos do contribuinte;

XII - ter preservado, perante a administração fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

XIII - não ser obrigado a exhibir documento que já se encontre em poder da administração pública;

XIV - receber da administração fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

Art. 16 - O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que indicam sobre a transmissão de bens ou direitos relativos à propriedade imobiliária.

Parágrafo Único - Se a avaliação administrativa do imóvel não for aceita pelo contribuinte fica a avaliação contraditória na forma prevista em lei..

Art. 17 - Ressalvadas as hipóteses de tributos sujeitos a posterior homologação de pagamento que inde-

pende de notificação, o contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

Parágrafo Único - A notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento, o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

Art. 18 - O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

§ 1º - A intimação deverá conter:

I - a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

II - a finalidade da intimação;

III - a data, hora e local de comparecimento;

IV - informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

V - informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;

VI - a indicação dos fatos, provas e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º - A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º - No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

§ 6º - O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

Art. 19 - Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividades, assim como os atos de outra natureza que produzam efeitos na relação tributária.

Art. 20 - A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.

§ 1º - Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança.

§ 2º - Na hipótese de o contribuinte haver ingressado com medida judicial visando a outorga de direito sobre tributo, a eventual iniciativa fiscal para prevenir a decadência e caso o processo administrativo se concluir antes da ação judicial, a administração fazendária somente poderá inscrever o débito tributário em dívida ativa após o trânsito em julgado desta.

Art. 21 - São assegurados, no processos administrativo-fiscais, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

Parágrafo Único - A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de forma paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

Art. 22 - A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 20 (vinte) dias a contar da intimação.

Parágrafo Único - A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

Art. 23 - O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários próprios ou de terceiros.

Parágrafo Único - Ao crédito tributário, objeto de compensação, aplicam-se os mesmos acréscimos legais incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido.

Capítulo IV

Das Consultas em Matéria Tributária

Art. 24 - Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultas à administração fazendária acerca da vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

I - as consultas deverão ser respondidas por escrito e fundamentadamente, no prazo fixado em lei, sob pena de responsabilização funcional;

II - a pendência da resposta impede a atuação por fato que seja objeto da consulta;

III - enquanto pendente de resposta, a autoridade fazendária deverá aceitar a interpretação dada pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

Parágrafo Único - A administração fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

Art. 25 - Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções a consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

§ 1º - A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipóteses idênticas permite ao contribuinte a adoção do entendimento que lhe seja mais favorável.

Art. 26 - Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

Parágrafo Único - Na consulta, em razão da ausência de contencioso, não são aplicáveis os princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

Capítulo V

Dos Deveres da Administração Fazendária

Art. 27 - A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes.

Art. 28 - A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

Parágrafo Único - Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal, na lei complementar ou em lei ordinária.

Art. 29 - O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

§ 1º - A administração fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condicionar sua expedição à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento.

§ 2º - O não pagamento das parcelas no prazo avençado permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e a retomada de eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.

Art. 30 - É vedado à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

I - recusar, em razão da existência de débitos pendentes, autorização para o contribuinte imprimir docu-

mentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

II - induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevalecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

III - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

IV - reter, além do tempo marcado no início do procedimento, fiscalizatório, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

V - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se com autorização judicial na hipótese de justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

VI - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

Art. 31 - O agente da administração fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 32 - A administração fazendária obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 33 - Nos processos administrativos perante a administração fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização de lei;

III - objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos de caráter decisório, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas administrativas, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Art. 34 - É obrigatório a emissão de decisão fundamentada, pela administração fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo fixado em lei.

Art. 35 - Os atos administrativos da administração fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam recursos administrativo-tributários;

IV - decorram de reexame de ofício;

V - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

VI - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo-tributário.

§ 1º - A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º - É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direto ou garantia do interesse.

§ 3º - A motivação das decisões de órgãos, colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

Art. 36 - A comunicação do agente fazendário ao Ministério Público, contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser formalizada após o encerramento do processo administrativo, com a constituição definitiva do crédito tributário, em que se comprove a irregularidade fiscal de natureza dolosa ou fraudulenta.

Art. 37 - O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.

Art. 38 - É obrigatória a inscrição do crédito tributário na dívida ativa no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de

responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafos 2º, do artigo 20.

Art. 39 - O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, vinculando a administração fazendária.

Parágrafo Único - Do termo a que alude o *caput* deste artigo deverá constar o prazo máximo para a última das diligências que não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável justificadamente uma única vez por 90 (noventa) dias..

Capítulo VI

Da Defesa do Contribuinte

Art. 40 - A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 41 - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa e revitalização das empresas, modulando o fluxo de pagamento dos impostos inadimplidos em função do faturamento mensal.

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 458/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescentadas as alíneas “v” e “x” ao inciso II, do artigo 14, da Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

v) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, classificados nos Códigos 6910.10.00 e 6910.90.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM;

x) ladrilhos e placas de cerâmica, exclusive para pavimentação ou revestimento, classificados nos códigos 6907 e 6908 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2004, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COMSUBSTITUTIVO GERAL DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2004, de 01/06/2004, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 216/2004

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 216/2004 em análise, trata-se de mensagem nº 013/2004 do Poder Executivo - Governador Roberto Requião, o qual objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado, conforme especifica.

Da mensagem que acompanha a proposição se infere que o Hospital da Polícia Militar apresenta capacidade ociosa, em média, de 53% e vem operando com capacidade de uso de 10%, o que se deveria à insuficiência de recursos para sua manutenção.

A finalidade da proposição é, assim, maximizar a capacidade operacional do Hospital da Polícia Militar através da criação do FASPM, que em tese complementaria os recursos necessários para tanto.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, concluiu-se que a iniciativa encontra amparo legal, conforme dispõe a Constituição:

Art. 42 - O Estado promoverá o bem-estar social e o aperfeiçoamento físico e intelectual dos servidores públicos e de suas famílias.

§ 1º - O Estado manterá instituição destinada à concessão e manutenção de benefícios previdenciários e de atendimento à saúde dos servidores titulares de cargos efetivos, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, os serventuários da Justiça e os militares estaduais.

§ 2º - Toda prestação de serviços de assistência e a concessão de benefícios de previdência, destinada aos servidores do Estado e a seus dependentes só poderão ser concedida, majorada ou estendida mediante efetiva contribuição.

Da mesma forma a Lei nº 6417 de 03 de julho de 1973, traz que o Estado deve proporcionar aos policiais militares da ativa, reserva remunerada ou reformados, bem como aos seus dependentes, assistência

médica e odontológica, cabendo-lhe ainda custear integralmente o tratamento e toda a medicação ao militar ferido ou acidentado em serviço ou em instrução.

O artigo 63 da Lei 6417 estabeleceu um desconto mensal obrigatório de 2% do soldo dos militares, destinado a assegurar-lhes, e aos seus dependentes gratuitamente, a assistência médico-hospitalar que não fosse de responsabilidade do Estado. Esses recursos complementados com recursos do antigo IPE, propiciaram a construção e manutenção do Hospital Militar, viabilizando o atendimento gratuito previsto na Lei 6417/73.

Da Conclusão

Diante do exposto, apresento parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 216/2004, objeto desta análise, não se vislumbrando inconstitucionalidade quanto à iniciativa, nem tampouco quanto à forma, atendendo aos parâmetros da técnica legislativa, estando apto a prosseguir pelas demais comissões para discussão do mérito, onde as possíveis emendas deverão ser apresentadas ou ainda em discussão de Plenário.

Sala das Comissões, em 21.09.2004.

(aa)ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 216/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 013/2004, objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado, conforme especifica.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucional, legal e regimental.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa-se na própria justificativa do autor que o Governo do Estado busca maximizar os recursos e o seu alcance social, resgatando-se uma adequada política de atendimento à saúde dos seus servidores.

Diante disso, o nosso parecer é favorável, porém, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 216/2004

Art. 1º - O atendimento à saúde dos militares estaduais da ativa, da reserva remunerada, reformados e respectivos dependentes de que trata o artigo 60 da

Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, será proporcionado pelo órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeito de complementação do atendimento a que se refere o *caput* deste artigo e, em atendimento ao disposto no artigo 63 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973, fica criado o Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, doravante denominado FASPM, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta lei.

§ 2º - O FASPM constitui-se num instrumento de natureza patrimonial e contábil.

§ 3º - Para atendimento do disposto neste artigo, o FASPM deverá formalizar convênio com o órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná e outros órgãos e entidades de saúde quando necessário.

Art. 2º - São beneficiários do atendimento de que trata esta lei os militares estaduais da ativa, da reserva remunerada, reformados e seus respectivos dependentes assim considerados:

- a) o cônjuge ou convivente;
- b) os filhos menores ou inválidos, desde que solteiros e sem renda;
- c) os pensionistas de militares desde que optantes em contribuir para o FASPM.

Parágrafo Único - Equipara-se a dependente, nos termos da alínea “b” deste artigo, o enteado ou o filho do convivente desde que, comprovadamente, esteja sob a dependência e sustento e resida com o beneficiário titular.

Art. 3º - Constituem recursos do FASPM:

- a) a destinação de bens móveis e imóveis, que compõem o Hospital da Polícia Militar (HPM), adquiridos pelo Estado e pelo Fundo de Saúde a que se refere o Decreto 5463, de 23 de setembro de 1982;
- b) as transferências de recursos do tesouro estadual, vinculados à Unidade do Comando Geral da PMPR, Projeto/Atividade Serviço de Saúde e Assistência Social;
- c) os decorrentes do § 3º, do artigo 1º, desta lei;
- d) a contribuição mensal a que se refere o artigo 63 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973;
- e) os auxílios, subvenções ou doações Federais, Estaduais, Municipais, oriundas de convênios, contratos ou ajustes celebrados pela Polícia Militar e pelo FASPM, com entidades privadas ou vinculadas ao Governo Federal, Estadual ou Municipal e seus órgãos, para campanhas e/ou ações na área de saúde, na forma das legislações pertinentes;
- f) os provenientes de outros órgãos e entidades, a título de remuneração pelo uso do Hospital da Polícia Militar;
- g) os rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;

h) outros recursos ou rendas eventuais, inclusive as decorrentes de valores percebidos de indenizações decididas em processos administrativos ou judiciais, em que o Fundo seja parte vencedora e da alienação de equipamentos ou materiais inservíveis ou obsoletos pertencentes à Polícia Militar do Estado do Paraná, que sejam de uso exclusivo dos órgãos de apoio de saúde;

i) os legados ou doações e quaisquer outros recursos de entes públicos ou privados.

§ 1º - Para efeito de atendimento do disposto nesta lei os recursos do FASPM poderão custear convênios, contratos, credenciamento de profissionais autônomos, aquisição de suprimentos médicos, odontológicos, hospitalares, exames complementares e outras despesas necessárias ao atendimento à saúde dos beneficiários de que trata esta lei.

§ 2º - Os recursos alocados ao FASPM não poderão ser utilizados para outra finalidade que não a determinada por esta lei, sob pena de responsabilidade.

§ 3º - Os recursos oriundos da contribuição prevista pela alínea “d” do artigo 3º desta lei, terão contabilidade e conta própria, devendo sua aplicação e prestação de contas serem definidas, em regulamento, pelo Conselho Diretor.

Art. 4º - O FASPM contará com um Conselho de Usuários, como instância deliberativa e por um Conselho Diretor, como instância executiva.

Art. 5º - O Conselho de Usuários será composto por 12 (doze) membros, com a seguinte representação:

a) 01 (um) representante dos Oficiais Superiores da ativa e 01 (um) da reserva;

b) 01 (um) representante dos Oficiais Intermediários da ativa e 01 (um) da reserva;

c) 01 (um) representante dos Oficiais Subalternos da ativa e 01 (um) da reserva;

d) 01 (um) representante do círculo dos Subtenentes e Sargentos da ativa e 01 (um) da reserva;

e) 01 (um) representante do círculo dos Cabos e Soldados da ativa e 01 (um) da reserva;

f) 01 (um) representante da ativa e 01 (um) da reserva, indicados pelas associações compostas por militares de todos os círculos hierárquicos, ativos ou inativos.

§ 1º - Os membros relacionados nas alíneas “a” a “f” serão investidos na condição de membros do Conselho de Usuários, na forma do respectivo regulamento.

§ 2º - Os membros do Conselho de Usuários terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 3º - O Conselho de Usuários será presidido pelo Oficial Superior da Ativa de maior patente e antigüidade.

§ 4º - O Comandante-Geral participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

Art. 6º - Compete ao Conselho de Usuários deliberar sobre as seguintes matérias:

I - o orçamento e o planejamento anual do FASPM;

II - políticas e programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças;

III - prestação de contas e relatórios anuais;

IV - aceitação de doações e legados com encargo;

V - aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis;

VI - outras situações que lhe sejam submetidas pelo Conselho Diretor.

Art. 7º - O Conselho Diretor, presidido pelo Comandante-Geral, será composto pelo:

a) Chefe do Estado-Maior, na qualidade de Vice-Presidente nato;

b) Diretor de Saúde;

c) Diretor de Apoio Logístico;

d) Diretor de Finanças;

e) 04 (quatro) Oficiais Superiores do último posto, ativos ou inativos, indicados pelas Associações referidas na alínea “f” do artigo 5º desta lei.

Art. 8º - Compete ao Conselho Diretor a gestão administrativa, orçamentária e financeira dos recursos do FASPM, bem como:

I - elaborar, para aprovação do Conselho de Usuários:

a) o orçamento e o planejamento anual do FASPM;

b) as políticas e programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças dos beneficiários desta lei;

c) balancetes mensais, bem como a prestação de contas e os relatórios anuais.

II - encaminhar, para fins de aprovação do Conselho de Usuários:

a) as proposições de doações e legados com encargo;

b) as proposições de aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis.

Parágrafo Único - Antes de sua remessa ao Tribunal de Contas, o FASPM deverá publicar, no Diário Oficial do Estado, a prestação de contas e o relatório anual do Conselho Diretor.

Art. 9º - São atribuições do Presidente do Conselho Diretor do FASPM:

a) a representação e a coordenação de todas as atividades do FASPM;

b) a celebração, em nome do FASPM, das contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

c) a autorização das aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FASPM, bem como a ordenação de despesas;

d) a delegação, aos demais membros do Conselho Diretor, de funções e atribuições necessárias à gestão

administrativa, orçamentária e financeira dos recursos do FASPM.

Art. 10 - O Hospital da Polícia Militar permanecerá como órgão de apoio de saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná e será gerido por uma Diretoria, cujas atribuições serão definidas em Decreto.

§ 1º - A Diretoria, a que se refere este artigo, será constituída pelo:

a) Diretor do Hospital da Polícia Militar, escolhido dentre os Tenentes-Coronéis da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná;

b) Diretor Clínico, escolhido dentre os Tenentes-Coronéis Médicos da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná;

c) Diretor Administrativo-Financeiro, escolhido dentre profissionais com formação superior e especialização em administração hospitalar.

§ 2º - Os Diretores de que trata este artigo serão indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Ressalvadas as hipóteses de percepção de indenizações e gratificações de que trata a Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, os Diretores referidos nas alíneas “a”, “b” e “c” do § 1º deste artigo não receberão nenhuma remuneração adicional pelo desempenho das respectivas funções.

§ 4º - Caso a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro não recaia sobre um militar da ativa do Estado do Paraná, sua remuneração será suportada pelo Estado.

§ 5º - Para efeito de atendimento do disposto no parágrafo anterior, fica criado, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, 01 (um) cargo em comissão de Diretor - Símbolo DAS 02, que só será provido na hipótese do parágrafo anterior.

Art. 11 - O FASPM poderá utilizar eventual capacidade ociosa do Hospital da Polícia Militar, para propiciar atendimento aos servidores públicos estaduais, mediante compensação através do convênio com o órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná.

Art. 12 - Nos termos em que se dispuser em regulamento, o FASPM contará com um serviço administrativo que será exercido por militares e servidores públicos da ativa designados para tal fim.

Art. 13 - Aplica-se o disposto no § 3º do artigo 10 desta lei aos integrantes dos Conselhos Diretor e de Usuários.

Art. 14 - O saldo atual do “Fundo de Saúde”, de que trata o Decreto nº 5.463, de 23 de setembro de 1982, deverá ser transferido ao FASPM, e submetido às mesmas condições definidas pelo § 3º do artigo 3º desta lei.

Art. 15 - Será obrigação do Estado transferir ao FASPM, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data de pagamento dos militares da ativa, da reserva remunerada e reformados, os valores descontados nos termos do artigo 63 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973 e mencionados na alínea “b” do artigo 3º desta lei.

Art. 16 - Em caso de extinção do FASPM, o patrimônio oriundo dos recursos definidos no artigo 3º, alínea “d” e artigo 14 desta lei, deverá reverter integralmente para os militares estaduais contribuintes usuários.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Pedro Ivo Ilkiv e Marcos Isfer.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2004, de autoria do Tribunal de Contas, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.174/95 e os artigos 1º e 2º e o parágrafo único da Lei nº 11.308/96, e dá outras providências. (Vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. EMENDA CCJ. (Publ. no DA nº 099/2004, de 10.11.2004 - em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 406/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo alterar o artigo 1º e parágrafo único da Lei nº 11.171/95 e os artigos 1º, 2º e parágrafo único da Lei nº 11.308/96. Vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar, analisa, e conclui que a Constituição Estadual, em seu artigo 77, parágrafo 3º, estabelece, entre outras prerrogativas, a paridade de vencimentos entre os Conselheiros do Tribunal de Contas e os Desembargadores do Tribunal de Justiça:

“Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes no artigo 35 desta Constituição”.

Assim também, o disposto na Lei Estadual nº 5.615/67, artigo 3º:

“Os Ministros do Tribunal de Contas, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública,

possuem os mesmo direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos de desembargadores do Tribunal de Justiça...”

A Lei Estadual nº 11.170, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros da magistratura estadual, em seu artigo 1º, parágrafo único, por sua vez, dispõe:

“A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada sempre a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta aos magistrados paranaenses não foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI, e artigo 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional, 41 de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios dos Desembargadores foram limitados a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento), do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins de limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei a Ministros do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, dispõe que:

“...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.”

Em cumprimento a tais dispositivos constitucionais, que devem ser recepcionados pela legislação estadual e em homenagem ao princípio federativo, o Tribunal de Contas encaminha a esta augusta Assembléia Legislativa o presente anteprojeto de lei, que tem como finalidade alterar a Lei Estadual nº 11.174/95 e Lei Estadual nº 11.308/96, adequando-as aos comandos constitucionais em vigor.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice para aprovação da presente proposição e apresenta parecer favorável à mesma, na forma da Emenda Modificativa em anexo, para corrigir a denominação dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, conforme o disposto na Lei nº 13.951, de 16.12.02 e no parágrafo 2º do artigo 73, da Constituição Federal.

Acolhido a emenda do Deputado Tadeu Veneri, por acordo dos membros da CCJ.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 406/2004

Os artigos 2º e 3º do Projeto de Lei nº 406/2004, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O vencimento de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91, (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), na forma do artigo 16, da Lei nº 4.584, de 27 de junho de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º da Lei nº 5.432, de 23 de dezembro de 1966.

Art. 3º - O vencimento de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.496,26 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo Único - O vencimento básico mensal dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em percentual não superior a 5% (cinco por cento) de diferença em relação aos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.”

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 406/2004

Suprima-se do artigo 5º a seguinte expressão:

“Com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2004”.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 406/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 772/2004, altera o artigo 1º e parágrafo

da Lei nº 11.174/95 e os artigos 1º, 2º e o parágrafo único e 3º parágrafo único da Lei nº 11.308/96, e dá outras providências. (Vencimentos de Conselheiro do Tribunal de Contas)

Tal proposutura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável com emenda.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto está devidamente justificado, bem como apresenta previsão do impacto financeiro.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, pela ordem.

No item 10 foi acolhida uma Emenda na CCJ. Eu gostaria de saber se ela está acolhida no projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ela será votada em 2ª Discussão como uma emenda.

O SR. TADEU VENERI

Na 2ª votação, porque ela foi acolhida pela CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim. Ela vai ser incluída na segunda votação.

Aprovado.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 34/2004, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, situado no Município de Curiúva, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 034/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel pertencente ao Estado do

Paraná, situado no Município de Curiúva, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Na justificativa o autor diz que a medida ora proposta consulta plenamente ao elevado interesse público, tendo em vista que na área a ser cedida a SANEPAR irá instalar reservatório de água tratada, obra que possibilitará sensíveis melhorias na qualidade e fornecimento do precioso líquido aos consumidores. O plano de lei em referência contém dispositivo expresso, de que, caso haja descumprimento das finalidades da cessão, tal imóvel será retomado pelo cedente.

Da fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 439/2004

P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 439/2004, de autoria do Poder Executivo Estadual que tem como proposta autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, situado no Município de Curiúva, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista que o citado imóvel servirá para que a SANEPAR instale um reservatório de água tratada, melhorando a qualidade e a capacidade de fornecimento de água aos consumidores da região.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2004, de 08.12.2004, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 037/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta estabelecer os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

Na justificativa o autor diz que “trata-se de novo texto, que é apresentado em substituição a plano de lei complementar anterior, consubstanciado na Mensagem nº 18/2004, que tramitou como Projeto de Lei nº 288/2004, sobre o mesmo assunto e que já havia merecido apreciação por parte dos setores administrativos, orçamentários e jurídicos do Poder Executivo.

O projeto oriundo da Mensagem 18/2004 foi retirado de pauta, após ampla discussão de seus termos entre os Deputados e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Naquela oportunidade foram feitas diversas observações pelos integrantes desta Casa de Leis, bem como de novos estudos para que fossem compatibilizados os pontos objeto de questionamentos com as reais necessidades ocorridas, na prática e no cotidiano da administração pública estadual.

A nova proposta incorpora em grande parte estas sugestões afastando os pontos que geraram maior polêmica mas conservam outros aspectos da proposta originária que, no entendimento dos técnicos da Secretaria de Estado da Administração, estão mais condizentes com a realidade e a prestação dos serviços estaduais, tomando como norte, por outro lado, a Lei Federal 8745/93 e suas alterações”.

E mais, “acresce salientar que no lapso de tempo decorrido entre as discussões do Projeto 288/2004 e a elaboração de nova mensagem, o Supremo Tribunal Federal acabou por julgar o mérito de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3210/Paraná, decorrente de representação movida pelo Ministério Público do Trabalho paranaense, em face dos termos das Leis Estaduais 9198/90 e 10.827/94, que até então estavam a embasar as contratações temporárias que se fizeram urgentes e necessárias no âmbito da administração pública estadual.

Assim sendo, os termos da legislação que agora é apresentada também consideram o resultado de pronunciamento da Corte Constitucional que, em linhas gerais, afastou o diploma legislativo estadual entendendo que as contratações a que aludem os artigos 37, IX da Carta Federal e 27, IX, da Constituição Estadual devem: a) ter fixadas em lei as hipóteses em que estão autorizadas, vedada a delegação legislativa ou regulamento, neste particular; b) ter prazo certo e tempo determinado; c) ocorrer apenas temporariamente em caso de interesse público excepcio-

nal. Procura, por outro vértice, seguir a orientação do Ministro Relator Carlos Velloso que, ao apreciar o mérito da questão, entendeu como válida, constitucional e adequada a legislação federal que hoje vigora para embasamento às contratações exigidas em situação de excepcional interesse público.”

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 22 do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 22 do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 485/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 037/2004, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma das emendas em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/2004, que objetiva autorizar o Poder Executivo a regulamen-

tar e promover enquadramento de detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo e do Quadro do Instituto Agrônômico do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 130/2004, de 14/12/2004, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 490/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 39/2004, objetiva autorizar o Poder Executivo a regulamentar e promover enquadramento de detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo e do Quadro Próprio do Instituto Agrônômico do Paraná.

Fundamentação

Segundo a justificativa governamental, a proposta visa dar tratamento isonômico aos servidores que não obtiveram, nos recentes enquadramentos, o reconhecimento de seu nível de escolaridade por ausência de oportunidade de ascensão profissional ocorrida no passado e pelo argumento de que não se submeteram ao específico concurso público para as carreiras técnicas.

Serão beneficiados aqueles servidores admitidos antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, quando o ingresso ou admissão de servidores públicos era feito sob a regência do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado ou pelo regime chamado celetista.

Conclusão

A proposta está amparada no inciso XVI, do artigo 87, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as atribuições privativas do Governador do Estado, sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 490/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 39/2004, objetiva autorizar o Poder Executivo a regulamentar e promover enquadramento de detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo e do Quadro do Instituto Agrônômico do Paraná.

A proposta já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar a Comissão de Finanças acompanha o parecer apresentado e opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2319, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni inscrito.

Explicações Pessoais:

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, estamos hoje encerrando os trabalhos do ano de 2004, e subo à tribuna por duas razões.

Considero, Deputado Elio Rusch, o que aconteceu nesses últimos dias, para esta Casa, um caso gravíssimo. Por que gravíssimo? Todos nós sabemos que foi veiculado nos meios de comunicação, uma denúncia do Secretário da Indústria e Comércio contra o Secretário da Comunicação, onde o acusa de pedir propina para liberar recursos para a sua televisão.

Prezados Parlamentares, o Governador estava nos Estados Unidos. Nós, na esperança da sua volta, tivemos a paciência de aguardá-la. Ele voltou e não tomou nenhuma atitude. Os Deputados de Oposição fizeram um requerimento convocando o Secretário da Comunicação, que foi derrubado. O Líder do Governo, no qual depositamos toda a nossa confiança - estou fazendo este pronunciamento, porque tenho que me afastar dentro de poucos minutos por compromissos assumidos, senão faria no final das Sessões Extraordinárias - diz, com suas próprias palavras: “eu assumo o compromisso de Líder do Governo e espero que seja a última vez que estejam encaminhando esse requerimento de convocação, porque estou assumindo um compromisso com esta Casa de trazer o Secretário para prestar os esclarecimentos”.

Esperei até agora no meu silêncio. Os Deputados de Oposição esperaram e isso não aconteceu. E aí tenho que dar razão ao Secretário da Comunicação, pasmem os senhores, porque ele encaminhou a este Parlamentar ou outro alguém encaminhou uma correspondência que foi enviada ao Presidente da Assembléia - e aí gostaria de, se possível, perguntar ao Presidente da Assembléia se ele recebeu essa correspondência, porque está aqui, Sr. Presidente: “Prezado Presidente, apesar de alguns jornais terem anunciado a minha presença nesta Assembléia no dia 14 de dezembro, às 14h30, para, como convidado, fazer um relato das atividades da Secretaria da Comunicação Social, saliento que até esta data não recebi nenhum convite oficial”.

Veja, na verdade o Presidente desta Casa, pelo meu entendimento, não tinha que fazer o convite ao Secretário. O que tinha, sim, é a palavra do Líder ser honrada e o Secretário da Comunicação vir a esta Casa.

Agora, recebo isto aqui no meu gabinete, encaminhando ao Presidente e aí o Líder assume o compromisso que o Secretário vem!

Quero dizer aos senhores que isso nunca aconteceu - e estou aqui há 14 anos e durante esse tempo nunca aconteceu, nesta Casa - o que está acontecendo! E aí não há demérito do Líder Stica, mas é uma questão de Governo: prestigiar o seu líder ou não prestigiar o seu líder!

Tivemos como líderes aqui o Deputado Pessuti, o Deputado Renato Adur, o Deputado Algaci Tulio, o Deputado Durval Amaral, o Deputado Vanhoni, enfim, desculpem-nos aqueles que eu posso esquecer aqui e eu mesmo fui Líder nesta Casa! Quando o líder assumia um compromisso, esta Casa nunca mais fazia cobrança, porque sabíamos que isso ia acontecer. E agora, estamos encerrando o ano e o Secretário Pisseti ainda não foi convidado!

É importante salientarmos esta questão, porque o Secretário Pisseti está jogando toda a responsabilidade dessa questão em cima do Líder do Governo, porque se o Líder assumiu um compromisso com esta Casa de convidá-lo para vir fazer as explicações e ele diz que não foi convidado, é algo extraordinário e que vai marcar o final deste ano legislativo!

Lamento o que está acontecendo! Sei que não há como explicar esta situação, porque é clara: se um Secretário acusa o outro de pedir propina, o mínimo que o Governador poderia fazer era chamar o Secretário que ora acusa, pedir explicações, chamar o Secretário acusado, porque um dos dois, certamente, está cometendo um crime contra a Administração Pública: um está mentindo ou o outro realmente pediu propina.

Encerro o ano de 2004 com esse fato inusitado, inédito, lamentável, porque não é possível que um caso tão nebuloso como esse vá ficar para o ano de 2005, porque a partir de agora não dá mais tempo para que o Secretário venha aqui trazer as explicações.

Lamento e fica aqui o posicionamento dos Deputados que votaram pela convocação do Secretário. E depois da palavra do líder, quando ele com toda a sua firmeza e sua autoridade afirmou que se nós apresentássemos um requerimento de convocação novamente, ele não convidaria mais o Secretário, nós também temos medo dos poderosos. O que fizemos? Prontamente entendemos que somos minoria, recuamos de fazer um novo requerimento, inclusive tivemos que convencer Parlamentares que estavam com o requerimento pronto, para fazê-lo no outro dia, porque achávamos que isso iria acontecer. Não aconteceu!

Na verdade, se formos enumerar aqui os casos ELEJOR, Banco Santos, o caso do Secretário da Comunicação, se formos discutir aqui a questão dos transgênicos, enfim, fica marcado o ano de 2004 por questões difíceis de serem explicadas à população paranaense.

A primeira pergunta que eu teria para o Secretário da Comunicação seria a seguinte: Sr. Secretário, V. Exa. esteve na posse do Governador Requião aqui na Assem-

bléia? Porque quem ouviu o pronunciamento do Governador Requião, eu não tinha nenhuma dúvida dentro de mim que quando ele chegasse dos Estados Unidos, um dos dois Secretários estaria sumariamente demitido.

Mas, pasmem os senhores, ele quase agrediu o repórter que fez essa pergunta na TV Tarobá, achou que a pergunta não era oportuna para aquele momento. É claro que não era oportuna, porque não tem como explicar, não há explicação.

Então, eu registro esse momento delicado em que esta Casa é desvalorizada e desmerecida pelo Governo, não é prestigiada através de seu Líder - não quero aqui fazer nenhuma crítica pessoal ao Líder mas isso nunca aconteceu - e o Governo desprestigia o seu Líder nesta Casa.

Encerro este ano de 2004, esperando que este final de ano faça com que o Governo, ao soar dos sinos, reflita sobre esses casos e não se coloque no pedestal de dono da verdade, do símbolo da pureza, porque nada disso está acontecendo. Essa é a grande verdade.

Lamento, Deputado Stica, ter que subir a esta tribuna, lamento vê-lo nessa situação, lamento o Governo não ter contribuído pelo seu grande trabalho realizado nesta Casa mais infelizmente ele marcou uma página da História desta Casa quando ele marca seu Líder por um fato tão lamentável como esse!

E ao encerrar, meus amigos, aqui as minhas palavras, depois de palavras duras, estas críticas que estou fazendo, encerro aqui, Sr. Presidente a minha participação no ano de 2004.

Certamente o meu Líder, Durval Amaral, fará uso da palavra no encerramento dos trabalhos e eu não estarei aqui. Meu Líder demonstrou o seu brilhantismo nessa última emenda, quando ele usa a própria justificativa do Governo para apresentar uma emenda. Ele é brilhante, ele é competente!

Cumprimento-o Deputado Durval Amaral, por ter conduzido os Deputados de Oposição como conduziu, onde pudemos fazer oposição. Certamente, pelo que lemos nos jornais, pelas considerações que aqui vimos em todos os meios de comunicação, a avaliação dos Deputados de Oposição é muito boa, porque somos poucos Deputados, combativos, presentes! É difícil 10 ou 12 Deputados estarem presentes em todas as Sessões, mas nós estivemos aqui, no ano de 2004, procurando fiscalizar e fazer a nossa parte.

Desejo a todos os Deputados um Feliz Natal, um próspero Ano Novo, desejo aqui aos funcionários da nossa Casa que trabalharam conosco e que tiveram a santa paciência de agüentar todos os debates que aconteceram nesta Casa. Aqui cumprimento os funcionários, a imprensa, a Mesa Executiva, na pessoa do Presidente Hermas Brandão, enfim cumprimento a todos os paranaenses na esperança que no ano que vem venham a se somar a estes poucos Deputados que fazem Oposição, alguns Deputados que certamente trarão mais brilhantismo à nossa posição de oposição, porque quando é

muito grande o número de Deputados que apóiam o Governo os erros são maiores porque ele não consegue enxergar os seus erros.

Agradeço a todos, saúdo meus companheiros, peço desculpas pelos excessos cometidos nesta Casa, mas sempre com o objetivo, não de ofender a quem quer que seja, mas sempre em busca da verdade, sempre em busca de esclarecimentos. Esta foi nossa posição, nesta Casa, no ano de 2004.

Muito obrigado e que nós nos encontremos todos aqui, em fevereiro, com esta mesma saúde e que possamos fazer o melhor para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o Deputado Rossoni fazer as críticas, principalmente à minha pessoa, porque sou o Líder do Governo, em relação à não vinda do Secretário Pissetti a esta Casa.

Primeiro quero dizer que em momento nenhum eu disse que era eu que ia trazê-lo. Disse, não vamos aprovar aqui, a convocação, porque passa o convite que será mais tranqüila a vinda do Secretário, eu garanto que ele vem. Eu garanti a vinda do Secretário se fosse através de convite.

Houve uma segunda tentativa, fiz a mesma proposta. E aí, errando ou não, na consciência dos senhores, entendi que o convite deveria ser feito pela Mesa Executiva, não me preocupei em oficializar o convite, porque foi feito um protocolo, foi votado o convite e não a convocação. Ademais o convite se tornou público. A própria carta do Secretário diz num determinado momento: “Desta forma, em virtude de compromissos inadiáveis, não poderei aceitar o propalado convite...” E diz: “...o Deputado Natálio Stica, Líder do Governo e merecedor do meu total respeito assegurou o meu comparecimento, já que julgo ser de extrema importância a prestação de contas desta Secretaria...” E ele oferece nova data. Mas tem outro momento que ele diz: “saliento que até esta data não recebi nenhum convite oficial que confirmasse a informação divulgada pelos meios de comunicação...”

Então sabia o Secretário, pelos meios de comunicação! Está justificando que não recebeu nenhum convite oficial! E eu reconheço que não fiz nenhum convite oficial por escrito; entendia que a Mesa já teria encaminhado, já que votamos aqui o convite e não a convocação.

Porém, quero dizer ainda, não foi um acordo de cavalheiros que não fez a convocação. Foi a votação que não passou a primeira e a segunda pedi que não fizessem; que fizessem o convite.

E agora, como não veio o Secretário, eu digo que V. Exa. tem uma saída: encaminhe um requerimento convocando o Secretário.

Embora não tenhamos Sessão este ano, convença os Deputados da Base do Governo a aprovar, e ele vem

na primeira, segunda Sessão de fevereiro. Mas ousou desafiá-lo: duvido que passe na Base de Apoio do Governo. Portanto, não houve nenhum acordo. Houve uma Base do Governo que disse não vamos entregar à Oposição de mão beijada! Oportunidade para fazer aqui mais um carnaval. É por isso que a Base de Apoio disse nós vão votaremos convocação.

E tenho certeza que se V. Exa. encaminhar uma convocação hoje eu me comprometo a não encaminhar contra, mas duvido que passe nessa Base de Apoio ao Governo. E V. Exa. tem razão em uma coisa: ela é a maioria, sim. E Base de Apoio que é maioria vota o que nós não usamos neste ano, que é comum chamar no Parlamento de rolo compressor. Em nenhum momento V. Exas. terão nenhuma oportunidade de dizer que esta Liderança encaminhou o rolo compressor. Encaminhamos as votações, procuramos fazer acordos, fizemos bons acordos. Durval Amaral, Elio Rusch fizemos acordos inclusive com a votação que acabou acontecendo no dia de hoje. E esta Liderança nunca usou da maioria que tem para fazer o tal do exercício do rolo compressor. Mas, fica aí, à disposição de V. Exa. para fazer o pedido de convocação e eu me comprometo a não encaminhar, embora repito, duvido que a Base de Apoio vá lhe dar essa condição.

Quero dizer que, ao encerrar este ano, como Líder do Governo Requião que sou, tive a honra de defender um Governo sério e transparente, um Governo por vezes polêmico, sim, mas que nunca me deixou numa situação de constrangimento por ter que defender algum projeto ou alguma mensagem ou orientação do Governo que deixasse a minha consciência intranqüila. Nunca tive problemas em defender qualquer mensagem que viesse ferir a minha consciência porque fosse contra o povo do Estado do Paraná.

Tenho no Governo Requião o maior respeito, tenho a confiança do Governador Requião pelo trabalho que faço, mesmo não tendo cem por cento da Bancada do meu Partido votado comigo. Só este fato já me fez chegar, por não sei quantas vezes ao Governador, e colocar o meu cargo de Líder à sua disposição, pois lhe disse certa vez, se não consigo liderar a Bancada do meu Partido, entendo que não posso continuar sendo Líder da Bancada de Apoio ao Governo e o Governador me disse: “Não abro mão da sua liderança. Tenho em você, a maior confiança”. Ela é recíproca e é por isso que eu termino o ano como Líder deste Governo.

Teremos uma reunião em Brasília, uma reunião do PT, no dia 18. Se o meu Partido exigir que eu abra mão da Liderança, com certeza, abrirei, porque sou um fiel partidário. Digo o que já disse para a imprensa que aí está e sabe quando falo e sempre falo palavras que não quero que sejam deturpadas e palavras que não tenho medo de dizê-las, porque sempre ando ao lado da verdade. Disse, se vier uma orientação do meu Partido, exigindo que eu entregue este cargo que por vezes me custa caro defender, com galerias lotadas, mas eu não

tenho problemas e não tenho medo. Defendo a verdade e é porque acredito neste Governo. Eu disse, se tiver que deixar a Liderança a partir do dia 18, só o farei depois do dia 15 de fevereiro. Entrei pela porta da frente e se tiver que sair, sairei pela porta da frente. Saírei, se tiver que sair desta tribuna, fazendo um discurso e agradecendo àqueles que estiveram sob a minha liderança.

Tenho dito mais, mesmo com o ônus que por vezes tenho, de defender o Governo Requião, não tenho medo e não tenho problemas e, pelo contrário, tenho o orgulho de ter sido o escolhido pelo Governador Requião para ser o seu Líder, tenho orgulho porque isso mostra que tenho coragem, caráter, senão, este Governador como pensa e como age, jamais tinha me escolhido para exercer a sua liderança.

Por isso, agradeço mais uma vez aos Deputados e Deputadas da Base de Apoio, que sempre me deram sustentação para exercer o meu mandato de líder e agradeço aos Deputados da Oposição, que me compreenderam por muitas vezes, pela veemência com que fiz meus pronunciamentos, já que não tenho sangue de barata e tenho coerência com o que falo.

Encerro, Sras. e Srs. Deputados, pedindo a Deus que nos ilumine e que nos traga a todos de volta em 2005, para que possamos, com as diferenças de idéias que temos, fazer o melhor para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Eu não entendi, como é que dois Secretários se atacam, um chamando o outro de corrupto, por que nenhum foi demitido?

Não entendi como o Ministério Público Estadual não restaurou nenhum procedimento. Como não entendi por que esse Secretário aqui não compareceu, até porque entendia, na minha Bancada também nós entendíamos que talvez o melhor momento, não fosse o momento da convocação em Circunvit, faço a seguinte consulta.

Se estando em Sessão Extraordinária nós podemos convocar o Secretário da Comunicação, Pissetti, ou mesmo, o Secretário Mussi. Se nós temos essa prerrogativa, em Sessão Extraordinária para convocá-los.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi rejeitado o requerimento, só poderá ser apresentado na próxima Sessão Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Foi rejeitado por duas vezes. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não pode ser apresentado à Mesa, o mesmo requerimento. Houve um equívoco que foi apresentado duas vezes, e foi rejeitado duas vezes, mas não poderia nem ter recebido o segundo requerimento.

Se foi apresentado duas vezes ou não, se foi apresentado duas vezes, foi acolhido o segundo requerimento erroneamente. Quando é rejeitado, só pode ser apresentado na próxima legislatura.

O Deputado Marcos Isfer está me informando e realmente aconteceu isso, houve um entendimento na primeira entre os Líderes, da retirada do requerimento, que seria convidado. Posteriormente, como o Secretário não compareceu como convidado foi votado o requerimento, que foi rejeitado. Só poderá ser apresentado na próxima legislatura.

O SR. ANDRÉ VARGAS

A consulta que faço para V. Exa., Presidente desta Casa, se não seria possível, se há algum acordo Regimental, para um acordo de líderes, para que o Secretário Pissetti fosse de fato convocado e no dia 15 ou 16 aqui estivesse.

Qual é o obstáculo para que isso ocorra? Se é um obstáculo Regimental ou se existe algum acordo de liderança?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Regimentalmente não existe acordo de liderança, tem que ser no fio do bigode, como era anteriormente.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Mas no fio do bigode não funcionou, Sr. Presidente! Havia um acordo aqui!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Jocelito Canto, pela ordem.

O SR. JOCELITO CANTO

O Deputado André Vargas falou e eu ouvi aqui o eloquente pronunciamento do Deputado Rossoni.

Eu acho que está se cometendo aqui uma falta de verdade em muitas coisas em que está se falando aqui. Com todo o respeito que eu tenho como Deputado Rossoni.

Conversei com o Secretário Mussi, à semana que passou, Sr. Presidente, e em momento nenhum o Secretário Mussi disse que havia feito a tal afirmação que foi parar nos jornais.

Essa é a palavra do Secretário Mussi, disse a mim exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Terminou a Explicação Pessoal.

V. Exa. poderá na próxima Sessão requerer a Explicação Pessoal.

O SR. JOCELITO CANTO

Requeiro na próxima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 301/2003; 336, 419 e 442/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 676, 677/2003 e 262/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216 e 406/2004, do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 e do Projeto de Lei nº 490/2004.

Levanta-se a Sessão.